

Relatório da Administração - 2021

Enel Green Power Volta Grande S.A.

31 de Março de 2022

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. (ou “Volta Grande”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 PERFIL

A Enel Green Power Volta Grande é uma geradora hidrelétrica situada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na região Sudeste do país. Desde 11 de novembro de 2017 é gerida pelo grupo Enel, cujo direito de operação por 30 anos foi adquirido em leilão realizado no mesmo ano, por um valor total de R\$ 1.420 milhões.

Com uma capacidade total instalada de 380 MW, subdivididos em 4 unidades geradoras de 95MW cada, possui 231 MWm de energia assegurada. Em 2021, Volta Grande teve uma geração líquida de 1.190 GWh (1.745 GWh em 2020). A usina conta, ainda, com 13,8 km de linhas áreas de transmissão, sendo 6,8km de linhas de alta tensão e 7km de linhas de média tensão.

O grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., detém 100% do seu capital.

2 CONTEXTO SETORIAL

Proposta de solução para a falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, os agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo. Atualmente, resta um passivo no mercado de curto prazo de R\$ 1 bilhão. Como próximos passos, a ANEEL precisa publicar despachos para postergar o fim das outorgas de autorização e assinar aditivos para postergar o fim dos contratos de concessão.

Para Volta Grande, o final da Concessão será postergado em 162 dias, encerrando em 11/05/2048, mediante aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017 de 10/11/2017.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 899 que altera a Resolução Normativa nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia do MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

3 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2021	2020	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	380	380	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWmedia)	231	231	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.190	1.745	- 555	-31,8%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.512	2.000	(488)	-24,4%
Investimento Total (R\$ Mil)	25.891	15.736	10.155	64,5%

Indicadores Patrimoniais

	2021	2020	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.700.994	1.608.116	92.878	5,8%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	753.957	674.412	79.545	11,8%
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,33	1,19	0,14	11,8%

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado em 2021 foi de 90,5% (87,4% em 2020), devido a paradas de manutenção (incluindo programadas). A geração, em 2021, foi de 1.190 GWh, representando uma diminuição de 31,8 % em comparação a 2020 (1.745 GWh).

Do total de sua energia assegurada, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2021	2020	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	483.861	361.989	121.872	33,7%
Deduções da Receita Bruta	(47.232)	(39.900)	(7.332)	18,4%
Receita Operacional Líquida	436.629	322.089	114.540	35,6%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(93.735)	(71.741)	(21.994)	30,7%
EBITDA (1)	343.031	250.457	92.574	37,0%
Margem EBITDA	78,56%	77,76%	-	0,80 p.p
EBIT (2)	342.894	250.348	92.546	37,0%
Margem EBIT	78,53%	77,73%	-	0,80 p.p
Resultado Financeiro	(104.572)	(60.912)	(43.660)	71,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.124)	(64.450)	(11.674)	18,1%
Lucro Líquido	161.773	124.986	36.787	29,4%
Margem Líquida	37,05%	38,80%	-	-1,75 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,29	0,22	0,07	29,4%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional líquida de 2021 foi superior em R\$ 121,9 milhões em relação ao ano de 2020, decorrente de (i) maior receita de atualização do bônus de concessão (R\$ 144,0 milhões), um aumento de R\$ 79,2 milhões em relação a 2020; (ii) Suprimento de energia - partes relacionadas com R\$ 104,5 milhões em 2021 frente R\$ R\$ 85,0 milhões em 2020, um aumento de R\$ 19,4 milhões; (iii) um aumento na receita anual de geração – RAG (incluindo partes relacionadas) no valor de R\$ 19,5 milhões, fechando 2021 com R\$ 266,9 milhões (R\$ 247,5 milhões em 2020).

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 21,9 milhões em relação a 2020, explicado principalmente pelo (i) maior custo com energia elétrica comprada para revenda (incluindo partes relacionadas), equivalente a R\$ 29,0 milhões, um aumento de R\$ 8,3 milhões em comparação a 2020; (ii) custo de transporte de potência de energia (incluindo partes relacionadas), no valor de R\$ 44,5 milhões em 2021, um aumento de R\$ 4,4 milhões (R\$ 40,2 milhões em 2020).

Estas variações resultaram em um aumento de R\$ 92,1 milhões do EBITDA, que alcançou o montante de R\$ 342,6 milhões em 2021 (R\$ 250,5 milhões em 2020).

O resultado financeiro apresentou um valor líquido de R\$ 104,6 milhões, um aumento de R\$ 43,7 milhões em relação ao exercício anterior. As principais variações referem-se à (i) maior despesa com variação monetárias - dívidas, em um montante de R\$ 43 milhões maior que o valor registrado em 2020 e; (ii) redução, em R\$ 1,1 milhões, com juros e atualização monetárias de mercado curto prazo.

Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 161,8 milhões, um aumento de R\$ 36,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 125,0 milhões).

6 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2021 somaram R\$ 25,9 milhões, 64,5% acima do volume realizado em 2020. Os investimentos foram alocados principalmente em reforma e modernização das turbinas UG01, UG02 e UG03. Outro investimento importante no período foi a modernização do regulador de velocidade e também investimentos em segurança de barragem.

7 ENDIVIDAMENTO

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019).

Em novembro de 2019, a Companhia estruturou um financiamento de longo prazo, por meio da sua 1ª emissão de debêntures. Foram captados R\$ 800 milhões, em 2 séries, com prazo de 10 anos e um custo de IPCA + 3,70% a.a. Este financiamento está condicionado a manutenção do nível de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida Financeira / EBITDA, inferior a 4.0x.

Em 2021, o nível de alavancagem registrado foi de 1,97x (2,80x em 2020).

8 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Enel Green Power Volta Grande tem a sustentabilidade na estratégia do seu negócio e sempre busca conhecer as necessidades e expectativas do público das suas áreas de influência para a efetiva ação social e apoio ao desenvolvimento regional. O Plano de Sustentabilidade, importante ferramenta estratégica que utilizamos, é revisado anualmente, tem a participação de diversas áreas e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. A sustentabilidade faz parte não só da natureza do nosso negócio, mas também da nossa estratégia corporativa.

A atuação da empresa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Em 2021 foram desenvolvidos os Programas de Educação Ambiental e de Comunicação Social para conscientização ambiental e preservação do entorno do reservatório da usina Volta Grande, que beneficiou moradores de comunidades do entorno da planta e 02 (duas) escolas com seus alunos e professores, do município de Conceição das Alagoas/MG, entorno da UHE, beneficiando cerca de 166 pessoas.

Ações como palestras virtuais, com participação dos professores da rede municipal, desenvolvimento de vídeos educativos com conteúdo ambiental, oficinas educativas ambientais e material didático, apoiam as Secretarias de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social com ações nas escolas do município, especialmente neste período de pandemia. Mais de mil cartilhas foram para as escolas, além de vídeos desenvolvidos com conteúdo ambiental e de preservação do reservatório.

Além dos projetos específicos da Enel Green Power Volta Grande, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para:

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surgem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em *Conceitos e Aplicação ESG na Enel*, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

Certificações

A Enel Green Power Volta Grande conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional e a 37001 em gestão antissuborno.

9 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

100 Open Startups

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

Empresa Mais Digital de 2021

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital.

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

10 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%

11 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

12 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção e Diretor Presidente (Interino)
Roberta Bonomi	Diretor Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



Eletrônica

Enel Green Power Volta Grande S.A.

EGP Volta Grande

CNPJ: 25.176.391/0001-20

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras2

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Volta Grande S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Volta Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Volta Grande S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

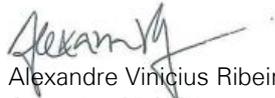
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	64.914	49.238
Títulos e valores mobiliários	5	129	147
Contas a receber	6	21.625	52.959
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	13.987	20.710
Outros tributos compensáveis	7	520	351
Serviços em curso		546	-
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	8	58.844	53.411
Outros créditos		8.429	7.988
Total do ativo circulante		<u>168.994</u>	<u>184.804</u>
Não circulante			
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	8	1.471.103	1.388.682
Imobilizado	9	51.489	25.999
Intangível	10	9.408	8.631
Total do ativo não circulante		<u>1.532.000</u>	<u>1.423.312</u>
Total dos ativos		<u>1.700.994</u>	<u>1.608.116</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	36.625	25.071
Debêntures	12	97.522	88.870
Obrigações por arrendamentos		215	24
Salários, provisões e encargos		774	680
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	28.181	30.466
Outras obrigações fiscais	13	2.887	3.109
Encargos setoriais	14	6.123	6.105
Dividendos a pagar		25.671	59.684
Outras obrigações		3	-
Total do passivo circulante		<u>198.001</u>	<u>214.009</u>
Não circulante			
Debêntures	12	642.808	661.628
Obrigações por arrendamentos		223	64
Tributos diferidos	20	105.844	57.902
Provisão para processos judiciais e outros	15	161	101
Total do passivo não circulante		<u>749.036</u>	<u>719.695</u>
Patrimônio líquido	16		
Capital social		565.756	565.756
Reservas de lucros		188.201	108.656
Total do patrimônio líquido		<u>753.957</u>	<u>674.412</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>1.700.994</u>	<u>1.608.116</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	17	436.629	322.089
Custo do serviço	18	(91.718)	(64.082)
Lucro bruto		344.911	258.007
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.017)	(7.659)
Provisão para devedores duvidosos		(425)	-
Total das despesas operacionais		(2.442)	(7.659)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		342.469	250.348
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	6.634	7.332
Despesas financeiras	19	(111.206)	(68.244)
		(104.572)	(60.912)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		237.897	189.436
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	(28.181)	(42.165)
Diferidos	20	(47.943)	(22.285)
Lucro líquido do exercício		161.773	124.986
Lucro por ação - em R\$		0,29	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	161.773	124.986
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>161.773</u>	<u>124.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de reforço de capital de giro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	565.756	13.354	86.656	-	-	665.766
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	124.986	124.986
Declaração de dividendos adicionais propostos	-	-	(86.656)	-	-	(86.656)
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	-	6.249	-	-	(6.249)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(29.684)	(29.684)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	89.053	-	(89.053)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	565.756	19.603	89.053	-	-	674.412
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	161.773	161.773
Declaração de dividendos adicionais propostos	-	-	(41.557)	-	-	(41.557)
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	-	8.089	-	-	(8.089)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(25.671)	(25.671)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	113.013	(113.013)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	565.756	27.692	47.496	113.013	-	753.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	161.773	124.986
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	425	-
Provisão para processos judiciais e outros	95	31
Juros provisionados sobre debêntures	29.448	-
Atualização do bônus de concessão	(144.019)	(64.770)
Variações monetárias e cambiais provisionadas	79.242	65.986
Depreciação e amortização	137	109
Amortização do ágio	(299)	-
Repactuação do GSF	-	(6.497)
Apropriação de custos de transação de debêntures	1.582	1.581
Imposto de renda e contribuição social correntes	28.181	42.165
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.943	22.285
	<u>204.508</u>	<u>185.876</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	30.909	3.214
Imposto de renda e contribuição social compensáveis e Outros tributos compensáveis	6.554	11.287
Serviços em curso	(546)	-
Contas a receber vinculadas à concessão	56.165	51.895
Outros créditos	(441)	(2.992)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	11.554	(3.790)
Salários, provisões e encargos	94	55
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(5.028)	356
Encargos setoriais	18	1.577
Outras obrigações	476	-
	<u>304.263</u>	<u>247.478</u>
Pagamento de processos judiciais	(35)	(33)
Pagamento de juros de debêntures	(29.537)	(28.312)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(25.661)	(15.734)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>249.030</u>	<u>203.399</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	18	5.431
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(26.106)	(15.734)
Alienação de ativo intangíveis e imobilizado	1	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(26.087)</u>	<u>(10.303)</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(101.241)	(85.541)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(15.000)	-
Pagamento de debêntures - principal	(90.903)	(82.454)
Pagamento de arrendamento mercantil	(123)	(100)
Caixa líquido usado pelas atividades de financiamento	<u>(207.267)</u>	<u>(168.095)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	15.676	25.001
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.238	24.237
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>64.914</u>	<u>49.238</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Companhia” ou “EGP Volta Grande”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017 e término em 1º de dezembro de 2047, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017. Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração. O valor anual da RAG original para o ciclo de 2017/2018 foi de R\$ 198.028, conforme Resolução Homologatória 2.353/2017. Para o ciclo 2021/2022, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 2.9026/2021 é de R\$ 248.417. Do total de sua energia assegurada, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974, com 380 MW de capacidade instalada e com garantia física de 230,6 MW.

Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)

O mercado brasileiro de curto enfrentou problema de liquidez, e desde 2015, ano em que diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares que isentaram os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, chegaram ao patamar de R\$ 8,5 bilhões e representaram ao final de 2020 cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica. A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da Companhia aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R\$6.796, o qual está sendo compensados por meio do prazo de extensão da outorga – vide nota explicativa nº 10. Como a Companhia havia apurado e registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 6.497, o efeito no exercício de 2021 foi somente do complemento, no montante de R\$ 299. Adicionalmente as pendências de liquidação no âmbito da CCEE foram solucionadas, e o saldo a receber de R\$ 16.966 foi 100% liquidado.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu em reunião de Diretoria realizada em 31 de março de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação. No final de cada período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1. Principais políticas contábeis

3.1.1. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

b) Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como “custo amortizado”, inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

3.1.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap).

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas as empréstimos indexadas às moedas estrangeiras.

Custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria os valores contas a receber, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

3.1.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.1.4. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa 9.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

3.1.5. Intangível

São decorrentes de licenças de software e direito de uso da infraestrutura. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

GSF (Generation Scaling Factor)

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

3.1.6. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.1.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

3.1.8. Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.1.9. Receita de juros (resultado financeiro)

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.1.10. Resultado básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, arrendamentos e instrumentos financeiros.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Nota explicativa 6 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("Expected Credit Losses – ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default – PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Nota explicativa 20 - Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem.

Nota explicativa 15 - Provisões para riscos cíveis

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota explicativa 22 - Instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

3.3. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2), foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros |

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não possui transações neste escopo.

3.4. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
---	------------------------------	--



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual e aplicações de escopo quanto ao CPC 25 e ICPC 19.	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo CFC

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	25.163	1.635
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	39.751	47.603
Total aplicações diretas	39.751	47.603
Total de caixa e equivalentes de caixa	64.914	49.238

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bancários). Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos exclusivos		
Títulos públicos	129	125
Letras financeiras	-	22
Total de fundos exclusivos	129	147
Total de títulos e valores mobiliários	129	147

A Companhia participa como cotista em fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo Enel no Brasil. O fundo aplica em títulos do governo e títulos de emissores privados de primeira linha e possuem gestores altamente qualificados que são auditados anualmente

6. Contas a Receber

	A vencer	31/12/2021	31/12/2020
Regime de cotas	9.453	9.453	14.564
Mercado de curto prazo	-	-	31.627
Contas a receber partes relacionadas (Nota 21)	12.597	12.597	6.768
	22.050	22.050	52.959
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(425)	(425)	-
	21.625	21.625	52.959

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência

A movimentação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31/12/2020	Adição	31/12/2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(425)	(425)
	-	(425)	(425)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de renda e contribuição social e outros tributos compensáveis

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	13.987	20.710
Total	13.987	20.710

	31/12/2021	31/12/2020
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	412	346
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	108	5
Total	520	351

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve compensação de tributos (R\$ 12.741 em 31 de dezembro de 2020).

8. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga)

Conforme edital do leilão firmado em 10 de novembro de 2017, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 1.419.784 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, garantido pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da bonificação pela outorga como ativo financeiro, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA, durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente (nota explicativa nº17a).

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.442.093	1.429.218
Atualização financeira do bônus de concessão	144.019	64.770
Amortização do bônus de concessão	(56.165)	(51.895)
Saldo no final do exercício	1.529.947	1.442.093

Circulante	58.844	53.411
Não circulante	1.471.103	1.388.682

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia, suas respectivas depreciações e a movimentação é como segue:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020	31/12/2021		Valor líquido
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	
Em serviço					
Máquinas e Equipamentos	5	160	-	-	160
		160	-	-	160
Depreciação acumulada em serviço					
Máquinas e equipamentos		(40)	-	-	(67)
		(40)	-	-	(67)
Em curso					
Barragens e adutoras		2.284	-	-	2.284
Edifícios, obras cívicas e benfeitorias		387	-	-	387
Máquinas e equipamentos		22.525	(302)	25.889	48.112
Veículos		600	(433)	-	167
Compras em andamento		-	-	4	4
		25.796	(735)	25.893	50.954
Arrendamento - IFRS 16					
Edifícios, obras cívicas e benfeitorias	2	83	-	31	17
Veículos	2	-	-	432	425
		83	-	463	442
Total do imobilizado		25.999	(735)	26.356	51.489

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020		Valor líquido
		Valor líquido	Adição	Depreciação	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	5	160	-	-	160
		160	-	-	160
Depreciação acumulada em serviço					
Máquinas e equipamentos		(40)	-	-	(40)
		(40)	-	-	(40)
Em curso					
Imobilizado em andamento		10.243	15.553	-	25.796
		10.243	15.553	-	25.796
Arrendamento - IFRS 16					
Edifícios, obras cívicas e benfeitorias	2	161	-	(78)	83
		161	-	(78)	83
Total do imobilizado		10.524	15.553	(78)	25.999

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados indicadores de *impairment*.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	Em serviço			Em curso	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32	(13)	19	1.938	1.957
Adições	-	(6)	(6)	183	177
Extensão de Concessão GSF (a)	6.497	-	6.497	-	6.497
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.529	(19)	6.510	2.121	8.631
Adições	-	(7)	(7)	-	(7)
Baixas	-	-	-	(1)	(1)
Extensão de Concessão GSF (a)	299	(249)	50	-	50
Transferência	-	-	-	735	735
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.828	(275)	6.553	2.855	9.408

- (a) Com a repactuação do risco hidrológico – GSF e seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R\$6.796, o qual está sendo compensados por meio do prazo de extensão da outorga. A Companhia já havia registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ R\$6.497, e efetuou o complemento de R\$299 no exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

11. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Compra de energia	1.596	-
Encargos de uso da rede	4.202	6.301
Partes relacionadas (nota 21)	10.975	6.498
Materiais e serviços	19.852	12.272
Total	36.625	25.071

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures

Em 15 de outubro de 2019, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries com a captação de R\$ 800.000, cuja data de liquidação é 15 de outubro de 2029. Os recursos captados têm como objetivo ser utilizado para reembolso de gastos, despesas e dívidas relacionadas ao pagamento de bonificação pela outorga de concessão da usina hidrelétrica Volta Grande, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração – CEG – UHE.PH.SP.003045-7.01, de titularidade da Emissora, nos termos do disposto no art. 2º, §3º, do Decreto 8.874 (“Projeto”).

			Vencimento			Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
	31/12/2021	31/12/2020	Emissão	Inicial	Final			
1ª série - 1ª emissão	488.324	495.947	15/10/2019	05/11/2019	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual	519.000
2ª série - 1ª emissão	264.392	268.519	15/10/2019	05/11/2019	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual	281.000
(-) Custo de transação	(12.386)	(13.968)						
Total de debêntures	740.330	750.498						
Circulante	97.522	88.870						
Não circulante	642.808	661.628						

Saldos de encargos e principal

	31/12/2021			31/12/2020		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 1ª emissão	3.717	60.576	424.031	3.775	54.905	437.267
2ª série - 1ª emissão	2.013	32.797	229.582	2.044	29.727	236.748
(-) Custo de transação	-	(1.581)	(10.805)	-	(1.581)	(12.387)
Total de debêntures	5.730	91.792	642.808	5.819	83.051	661.628

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	83.324	710.384	793.708
Amortizações	(82.454)	-	(82.454)
Transferências	85.022	(85.022)	-
Juros provisionados	29.709	-	29.709
Atualização monetária	-	36.266	36.266
Encargos pagos	(28.312)	-	(28.312)
Apropriação - custo de transação	1.581	-	1.581
Em 31 de dezembro de 2020	88.870	661.628	750.498
Amortizações	(90.903)	-	(90.903)
Transferências	98.062	(98.062)	-
Juros provisionados	29.448	-	29.448
Atualização monetária	-	79.242	79.242
Encargos pagos	(29.537)	-	(29.537)
Apropriação - custo de transação	1.582	-	1.582
Em 31 de dezembro de 2021	97.522	642.808	740.330

Período de amortização das debêntures no longo prazo

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
1ª série - 1ª emissão	61.816	61.815	61.815	61.815	176.770	424.031
2ª série - 1ª emissão	33.470	33.468	33.468	33.468	95.708	229.582
(-) Custo de transação	(1.582)	(1.581)	(1.581)	(1.581)	(4.480)	(10.805)
Total a amortizar	93.704	93.702	93.702	93.702	267.998	642.808

Conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura De Debêntures, a Companhia possui obrigações financeiras que em caso de descumprimento podem acarretar o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia não poderá apresentar por dois trimestres consecutivos o índice de capacidade de endividamento (obtido através da divisão da dívida líquida financeira pelo EBITDA) abaixo do limite estabelecido abaixo:

1ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	4,00

- Dívida financeira líquida corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia estava em cumprimento com termos dos *covenants* listados acima.

13. Imposto de renda e contribuição social a pagar e outras obrigações fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) (a)	28.181	30.466
	28.181	30.466

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto por provisões para imposto de renda de R\$ 29.615 (R\$30.998 em 31 de dezembro de 2020) e contribuição social de R\$ 12.579 (11.167 em 31 de dezembro de 2020), líquido das antecipações efetuadas no montante total de R\$ 14.013, sendo R\$ 8.900 de imposto de renda e R\$ 5.113 de contribuição social (R\$ 11.699 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 7.619 de imposto de renda e R\$ 4.081 de contribuição social).

Para regime tributário e informações do passivo a Companhia opta pelo lucro real e recolheu as estimativas de IRPJ e CSLL com base na receita bruta para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O saldo de tributos em 31 de dezembro de 2021 foi obtido através do confronto entre o valor do imposto devido com base no lucro real anual e das estimativas pagas no decorrer do exercício, e deve ser pago até o último dia útil do mês de março de 2022.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS)	102	-
Imposto sobre Serviços (ISS)	39	190
Programa de Integração Social (PIS)	475	489
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.019	2.259
Contribuições e Encargos Trabalhistas	28	114
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retido)	12	26
Outros	212	31
Total	<u>2.887</u>	<u>3.109</u>

14. Encargos setoriais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	5.155	4.001
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	94	123
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	874	1.981
Total	<u>6.123</u>	<u>6.105</u>

15. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Cíveis	101	70	25	(35)	161
Total	<u>101</u>	<u>70</u>	<u>25</u>	<u>(35)</u>	<u>161</u>

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Cíveis	103	31	-	(33)	101
Total	<u>103</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>101</u>

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Riscos possíveis

A Companhia possui o montante de R\$ 38 classificado como riscos possíveis relacionado a processos cíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100%	565.756.528	100%
Total	565.756.528	100%	565.756.528	100%

b) Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	161.773	124.986
(-) Reserva Legal	(8.089)	(6.249)
Lucro líquido ajustado	153.684	118.737
Juros sobre capital próprio intermediário	15.000	-
Dividendos mínimo obrigatório	25.671	29.684
Dividendos adicionais propostos	113.013	41.557
Retenção de Lucros - Reserva para reforço de capital de giro	-	47.496
	153.684	118.737

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	2021	2020
Saldo do início do exercício	59.684	28.885
Declaração de dividendos adicionais propostos	41.557	86.656
Dividendos mínimos obrigatórios	25.671	29.684
Pagamento de dividendos	(101.241)	(85.541)
Saldo final do exercício	25.671	59.684

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 20 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2020 no montante de R\$ 124.986, dos quais 5% correspondente ao valor de R\$ 6.249 foi destinado à constituição de reserva legal, o montante de R\$ 29.684 foi destinado ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$ 41.558 foi destinado a pagamento de dividendos adicionais e o montante de R\$ 47.495 foi destinado para reserva estatutária de lucros ("Reserva de Reforço de Capital de Giro").

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia.

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

<u>Exercício findo em</u>	<u>Lucro do exercício</u>	<u>Média ponderada de ações</u>	<u>Lucro por ação ordinária</u>
31/12/2021	161.773	565.756.528	0,29
<u>Exercício findo em</u>	<u>Lucro do exercício</u>	<u>Média ponderada de ações</u>	<u>Lucro por ação ordinária</u>
31/12/2020	124.986	565.756.528	0,22

17. Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita anual de geração - RAG	213.119	196.088
Receita anual de geração - RAG - partes relacionadas	53.820	51.397
Suprimento de energia - partes relacionadas (a)	104.458	85.039
Suprimento - curto prazo (a)	24.610	16.590
Atualização do bônus de concessão (b)	144.019	64.770
Amortização do bônus de concessão (b)	(56.165)	(51.895)
Total da Receita operacional bruta	483.861	361.989
(-) Deduções da receita		
PIS	(6.690)	(5.839)
COFINS	(30.813)	(26.894)
P&D e eficiência energética	(3.812)	(3.092)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(4.575)	(2.952)
Taxa de Fiscalização	(1.342)	(1.123)
Total de deduções de receita	(47.232)	(39.900)
Total da receita	436.629	322.089

(a) Suprimento de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica vendida no mercado de curto prazo - CCEE, bem como, dos ajustes e adicionais específicos.

(b) Bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como "receita operacional". Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga ("RBO"). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custo e despesas operacionais

	2021			2020		
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e administradores	(3.839)	(2.523)	(6.362)	(2.727)	(2.953)	(5.680)
Material	(1.823)	456	(1.367)	(1.116)	(1.647)	(2.763)
Provisão de processos judiciais e outros	(19)	(69)	(88)	-	(31)	(31)
Serviços de terceiros	(8.154)	179	(7.975)	(3.088)	(2.757)	(5.845)
Depreciação e amortização	(106)	(31)	(137)	(84)	(25)	(109)
Energia elétrica comprada para revenda	(27.389)	-	(27.389)	(20.683)	-	(20.683)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 21)	(1.582)	-	(1.582)	(2)	-	(2)
Recuperação de gastos decorrentes da repactuação do GSF	-	-	-	6.497	-	6.497
Transporte de potência de energia	(44.037)	-	(44.037)	(39.650)	-	(39.650)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 21)	(508)	-	(508)	(531)	-	(531)
Outras despesas	(4.261)	(29)	(4.290)	(2.698)	(246)	(2.944)
Total	(91.718)	(2.017)	(93.735)	(64.082)	(7.659)	(71.741)

19. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.330	2.263
Variação cambial ativa	28	-
Atualização de créditos tributários	33	-
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	3.261	4.352
Outras receitas financeiras	304	1.075
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(322)	(358)
Total da receitas financeiras	6.634	7.332
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(252)	(40)
Variação cambial passiva - outros	(31)	-
Juros de arrendamentos	(8)	(11)
Atualização de provisão para riscos cíveis	(25)	-
Encargos de dívidas	(29.448)	(29.709)
Custos de transação de debêntures	(1.582)	(1.581)
Variações monetárias - dívidas	(79.243)	(36.266)
Outras despesas financeiras	(617)	(637)
Total da despesas financeiras	(111.206)	(68.244)
Total	(104.572)	(60.912)

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2021	2020	2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	237.897	237.897	189.436	189.436
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%	25%	9%
	(59.450)	(21.411)	(47.335)	(17.049)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	-	-	(47)	(19)
Outros	(267)	(96)	-	-
Reversão de tributos diferidos passivos	3.750	1.350	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(55.967)	(20.157)	(47.382)	(17.068)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.715)	(7.466)	(30.998)	(11.167)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.252)	(12.691)	(16.384)	(5.901)
Total	(55.967)	(20.157)	(47.382)	(17.068)
Alíquota Efetiva	23,53%	8,47%	25,01%	9,01%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais		DRE	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Ativo - IR e CS sobre diferenças temporárias</u>	1.997	989	1.008	316
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(223)	-	(223)	-
Obrigações por arrendamento	(31)	(33)	2	(36)
Outras	2.251	1.022	1.229	352
<u>Passivo - IR e CS sobre diferenças temporárias</u>	(107.841)	(58.891)	(48.951)	(22.601)
Atualização RBO	(105.616)	(56.682)	(48.935)	(20.392)
Repacturação GSF	(2.225)	(2.209)	(16)	(2.209)
Efeito no resultado do exercício			(47.943)	(22.285)
Total - Passivo diferido líquido	(105.844)	(57.902)	(47.943)	(22.285)

A Administração da Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções formam parte de um grande processo realizado pela Companhia para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente.

Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização do ativo fiscal diferido da Companhia. O estudo de realização do ativo fiscal diferido é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2022	2023	2024	Total
1.991	2	4	1.997

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31/12/2021		31/12/2020		2021	2020
			Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (Despesa)	
Venda de Energia	ENEL Distribuição Rio- AMPLA	Até 23/02/2047	656	-	629	-	7.553	7.512
	ENEL Distribuição CE- Coelce		744	-	658	-	8.348	7.860
	ENEL Distribuição Goiás- CELG D		829	-	762	-	9.540	9.097
	ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO		2.471	-	2.355	-	28.379	26.928
	ENEL Geração Fortaleza- CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	22.823
	ENEL Green Power Salto Apicás S.A.		-	-	981	-	-	5.889
	ENEL Green Power Cabeça de Boi SA		-	-	795	-	-	4.770
	ENEL Green Power Fazenda SA		-	-	588	-	-	3.530
	ENEL Trading Brasil S.A.		7.897	-	-	-	104.458	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A		-	-	-	-	-	48.027
Compra de energia	ENEL Green Power Paranapanema S.A.	Até dezembro de 2020	-	-	-	-	(2)	
Compra de energia	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A	Até dezembro de 2021	-	1.582	-	-	(1.582)	
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	51	-	36	(508)	(531)
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2022	-	25.671	-	59.684	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	4.010	-	1.688	-	-
	ENEL Distribuição CE- Coelce		-	461	-	542	-	-
	ENEL Distribuição Goiás- CELG D		-	317	-	358	-	-
	ENEL Distribuição Rio- AMPLA		-	781	-	781	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A		-	738	-	738	-	-
	ENL Geração Fortaleza- CGTF		-	835	-	836	-	-
	ENEL CIEN S.A.		-	29	-	29	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		-	-	-	103	-	-
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	-	750	-	89	-	-		
	ENEL Brasil S.A.		-	1.421	-	1.298	-	-
Total			12.597	36.646	6.768	66.182	156.188	135.903

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Suprimento de energia e encargo de uso do sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Contratos de compartilhamento

A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação. Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil (“Companhias”), controlador da Companhia.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

a) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 100% da dívida indexada ao IPCA.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento	Indexador do contrato	Taxa projetada	Saldo em 31/12/2021	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
					Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Debêntures	IPCA	4,18%	740.330	81.290	94.197	12.907	106.892	25.602
Total				81.290	94.197	12.907	106.892	25.602

b) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros das debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Debêntures	-	-	121.315	480.358	310.025	911.698

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo das debêntures, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Valor justo hierárquico

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	64.914	64.914	49.238	49.238
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	129	129	147	147
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	21.625	21.625	52.959	52.959
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão	Custo amortizado	2	1.529.947	1.529.947	1.442.093	1.442.093
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	36.625	36.625	25.071	25.071
Debêntures	Custo amortizado	2	740.330	752.716	750.498	764.466
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	438	438	88	88
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	34.671	34.671	59.684	59.684

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratada:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	2.208.423	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	N/A	112.814
Responsabilidade civil de administradores - D&O	31/10/2021	31/10/2022	N/A	82.725
Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	131.934

Estão cobertos as subestações, escritórios, almoxarifados, parques, subparques, usinas, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.